LEI MUNICIPAL Nº 1.663/2021, DE 30 DE ABRIL DE 2021.

**AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL
A CONCEDER DESCONTO SOBRE
SERVIÇOS DE MÁQUINAS PRÓPRIAS E
DE TERCEIROS E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

GISELE CAUMO, Prefeita Municipal de Santa Tereza, Estado do Rio Grande do Sul,

Faço Saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º Fica autorizado o Executivo Municipal a conceder desconto de 50% (cinquenta por cento) nos seguintes serviços, prestados com máquinas próprias ou de terceiros:

a) Terraplanagem para construção e ampliação de estabelecimentos industriais, comerciais, agroindustriais e de prestação de serviços, por período não superior a 40 (quarenta) horas para cada proprietário;

b) Grampeamento e destocamento de terras, destinados ao aumento da produção agrícola, por meio da implantação de culturas permanentes ou periódicas, por período não superior a 25 (vinte e cinco) horas para cada produtor rural;

c) Abertura de valas para drenagem de lavouras, por período não superior a 15 (quinze) horas para cada produtor rural;

d) Construção de açudes com a finalidade de irrigação de lavouras e criação de peixes, por período não superior a 20 (vinte) horas para cada produtor rural;

e) Construção de patamares para implantação de fruticultura e viticultura, por período não superior a 15 (quinze) horas para cada produtor rural.

Parágrafo único. Os limites de horas previstos em cada alínea serão considerados anualmente, conforme calendário oficial.

Art. 2º Para ser beneficiado pelas disposições da presente Lei, o interessado deverá preencher os seguintes pressupostos:

I) inscrever-se junto à Secretaria competente;

II) exercer a atividade de industriário ou produtor rural dentro do limite geográfico do Município;

III) o produtor deverá ser titular de talão de produtor, com movimentação regular, no mínimo a cada três meses;

IV) no caso dos benefícios previstos na alínea "a" do artigo 1º, deverá ser apresentada a aprovação de projeto no setor competente, da Prefeitura Municipal;

V) conter, no projeto, laudo técnico de aprovação pelo departamento municipal competente;

VI) não ser devedor dos cofres públicos.

Art. 3º Os preços dos serviços serão estipulados por meio de Decretos do Poder Executivo.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias específicas.

Art. 5º Esta Lei será regulamentada, no que couber, por Decreto do Executivo.

Art. 6º Revogam-se as disposições contrárias, especialmente a Lei Municipal nº 305/2000.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Tereza, aos trinta dias do mês de abril de dois mil e vinte e um.

GISELE CAUMO
Prefeita Municipal